

SERTÃO E MODERNIDADE EM HUGO DE CARVALHO RAMOS E BERNARDO ÉLIS.

Átila Silva Arruda Teixeira (UFG)

RESUMO:

A representação do sertão na literatura brasileira é marcada por construções antitéticas: ora ele é apresentado como lugar de homizão, ora como uma espécie de paraíso perdido. Figurando sempre como um espaço singular, exótico, o sertão pertencia geograficamente ao país, mas a ele não estava organicamente integrado. Iniciado no período colonial, através dos textos dos cronistas e dos viajantes que se aventuraram pelo interior do país, essa tradição prolonga-se no Brasil Império, com a Corte assumindo o olhar inventariante da antiga metrópole e chega até o limiar do período republicano. Entretanto, nos primeiros anos do século XX, principalmente após a publicação de **Os sertões**, de Euclides da Cunha, em 1902, essa região passa a ser paulatinamente considerada não pelo viés do estranho, do insólito, mas sim como desprovida das condições básicas de sobrevivência e cerne de uma “brasilidade”. A proposta dessa comunicação é perquirir como dois dos maiores escritores da literatura brasileira produzida em Goiás, Hugo de Carvalho Ramos (em **Tropas e boiadas**, de 1917) e Bernardo Élis (em **Ermos e gerais**, de 1944), rompem com a visão estereotipada do sertão e esteticamente representam a organicidade desse espaço e da sociedade goiana nele instalada, concomitantemente à denúncia das precárias condições de vida do sertanejo. Se o primeiro constrói uma linguagem literária que evidencia a transição artística existente no início do século XX para retratar uma região ainda integrada ao ciclo do gado, com patrões e vaqueiros em aparente harmonia, o segundo configura sua obra se valendo das conquistas estéticas do primeiro momento modernista de 1922 e revela as contradições do processo de modernização desse espaço, metonimicamente exemplada no maquinário nele inserido, reorganizando as estruturas sociais do sertão de Goiás.

Palavras-chave: Sertão e Modernidade. Hugo de Carvalho Ramos. Bernardo Élis.

1. Sertão e a modernidade: o regionalismo e as culturas reprimidas.

Começar pelo sentido dicionarizado de um termo é uma forma eficaz de tentar abarcá-lo. Diz o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** (2001) sobre a palavra *sertão*:

1 região agreste, afastada de núcleos urbanos e das terras cultivadas. **2** terreno coberto de mato, afastado do litoral. **3** a terra e a povoação do interior; o interior do país. **4** toda região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos (p. 2558).

Em todas as acepções contemporâneas, sertão, portanto, implica regiões de pouco povoamento, distanciadas das zonas urbanas, associadas, no próprio trecho, ao litoral. Comumente considerada uma forma aferética de *desertão*, “sertão” também implica um lugar de difícil acessibilidade e o pouco povoamento. Ressaltando esse aspecto, Gilberto Mendonça Teles (2009) afirma que

A palavra sertão tem servido, em Portugal e no Brasil, para designar o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo”, o “interior”, o “inculto” (terras não cultivadas e de gente grosseira), numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no “certo”, no “conhecido”, no “próximo”, no “litoral”, no “culto”, isto é, num lugar privilegiado – na “civilização”. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro e por fora, as marcas do processo colonizador (p.111).

O desconhecido, evidentemente, só o é até sua sistematização por aquele que o considerava como tal. Nesse sentido, o deslocamento dessa percepção de sertão implica em considerá-lo um espaço em constante redimensionamento, sempre a ser empurrado para mais longe. Um lugar até então julgado como “sertão” deixava de sê-lo a partir de sua incorporação a um processo socioeconômico do sistematizador, sujeito não oriundo daquele espaço. Antes disso, porém, a construção de lendas e mitos povoava o imaginário, abrindo caminho para a criação de visões paradisíacas ou dantescas sobre o sertão. E ordenar esse mundo tropical, a partir de um conceito de civilização válido para a realidade europeia, mostra-se não apenas uma tarefa de realização integral impossível, mas também de extrema coragem. Seja por questões históricas e geográficas, fato é que os portugueses pouco se aventuravam a adentrá-lo, contentando-se em “andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”, nas palavras de Frei Vicente do Salvador (1982, p.59).

Entretanto, o desafio de integrar o sertão à ação colonizadora estava posto, e ignorá-lo seria não aproveitar as potenciais riquezas desse lugar. Seja devido às entradas e bandeiras, a escravização do silvícola e a exploração do ouro, essas terras distantes dos principais núcleos de povoação passaram a integrar, paulatinamente, ao processo socioeconômico da colônia. E a partir dessa incorporação, a representação literária acabava por sistematizar o conhecimento daquele lugar, cabendo à literatura essa primeira tentativa de interpretação do país. Para Candido (1976), isso se dá devido a

[...] duas ordens de fatores. Uns, derivados da nossa civilização européia e dos nossos contatos permanentes com a Europa, quais sejam o prestígio das humanidades clássicas e da demorada irradiação do espírito científico. Outros, propriamente locais, que prolongaram indefinidamente aquele prestígio e obstaram esta irradiação. Assinalemos entre os fatores locais (que nos interessam mais de perto), a ausência de iniciativa política implicada no estatuto colonial, o atraso ainda hoje tão sensível da instrução, a fraca divisão do trabalho intelectual. [...] Ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela [a literatura produzida no Brasil] preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento (p.131 - 132).

Essa interpretação literária, por sua vez, segundo Antonio Candido é portadora de um caráter *pendular*: durante o processo de colonização, éramos um galho da portuguesa, atendendo aos anseios da metrópole em relação à colônia, enquadrando essa nos valores daquela; com o processo de emancipação política, o pêndulo muda de lado, e a construção de uma identidade nacional passou a ser a linha mestra dos textos literários produzidos no Brasil. Essa construção de uma identidade, por seu turno, não era minimamente aberta às mais diversas regiões de um país com um território de proporções continentais como no nosso, não havendo, portanto, efetiva participação dessas regiões nessa construção. Logo, a Corte assumiu as funções da antiga metrópole, passando a propagar seus valores, suas concepções, idealizando o que *ela* esperava que as demais regiões fossem – não necessariamente o que eram de fato –, em nome de um projeto de nação. Para Antônio Candido (2006),

Com efeito, a idéia de país novo produz na literatura algumas atitudes fundamentais, derivadas da surpresa, do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso e da esperança quanto às possibilidades. A idéia de que a América constituía um lugar privilegiado se exprimiu em projeções utópicas que atuaram na fisionomia da conquista e da colonização. [...] Mais adiante, quando as contradições do estatuto colonial levaram as camadas dominantes à separação política em relação às metrópoles, surge a idéia complementar de que a América tinha sido predestinada a ser a pátria da liberdade, e assim consumir os destinos do homem do Ocidente (p.169).

Portanto, se for tomado como base o tom pitoresco, o exotismo, a partir da emancipação política da nação, em 1822, há uma acentuada radicalização em busca do elemento alheio, ignorado, distanciando consideravelmente da possibilidade de sistematização dos hábitos de organização social das regiões periféricas do país, da qual o sertão era o maior representante. Durante o período do Império - ao todo 67 anos -, essas regiões foram paulatinamente representadas de forma distante da organicidade sociocultural que apresentavam. Desfilam durante esse longo período personagens tão

típicos como inverossímeis: índios agindo como cavaleiros medievais ou como bárbaros assassinos comedores de gente, escravas brancas, sertanejos com ares de fidalgos, fauna e flora ora exuberantes e indômitas, ora plácidas e dóceis, e até o dia-a-dia da própria Corte é contemplado como verdadeiros quadros de Debret.

O início da República, em 1889, representou uma esperança que as representações das culturas regionais, reprimidas pelo centralismo monárquico até então vigente, ganhariam autenticidade, apoiada, entre outros fatores, no maior mimetismo do realismo, contrário ao senso idealizador dos românticos. Tudo, porém, não passou de um ledó engano: as classes subalternas, os marginalizados socialmente e os não-integrados à cultura litorânea, europeizante, eram esquadrinhados como verdadeiros “pacientes” que revelariam suas “mazelas” ao grande público, ainda sôfrego por exotismo, como também era a antiga metrópole. Entre outros anacronismos estéticos, como o livro *Pensées détachées et souvenirs*, todo escrito em francês, mas concebido para o público brasileiro, em 1906, por um renomado intelectual - Joaquim Nabuco -, a literatura da virada do século XIX e dos primeiros anos do XX representa artisticamente essas culturas reprimidas ainda guiada pelo estrambótico.

Por outro lado, esse panorama começa a sucumbir, anunciando uma alteração dessas veleidades estéticas, logo no limiar do século XX, com a publicação de **Os sertões**, em 1902. Obra-monumento da cultura brasileira, escrita pelo então desconhecido engenheiro Euclides da Cunha, tendo como base a Campanha de Canudos, ela antecipa, de certa forma, a “tomada de consciência do subdesenvolvimento”, que será plenamente realizada apenas décadas depois, com o regionalismo de 1930, já no modernismo:

Ora, dada esta ligação causal “terra bela – pátria grande”, não é difícil ver a repercussão que traria a consciência do subdesenvolvimento como mudança de perspectiva, que evidenciou a realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante (CANDIDO, 2006, p. 171).

Principal filão da literatura regional, a representação do sertão estabelece uma relação estreita com os conceitos de região e com a forma de inserção dessas regiões na conjuntura socioeconômica da sociedade brasileira. Em um primeiro instante, ainda no Brasil colônia, pairava sobre essa representação uma ambiguidade reveladora do desconhecimento da terra. Com o advento da Independência, as funções da antiga metrópole passam a ser feitas pela Corte e, a partir de uma tomada de consciência frente

ao subdesenvolvimento, o sertão passa a ser encarado como um *locus* de cultura, perdendo o exotismo que até então o marcava, denunciando as difíceis condições de existência da população sertaneja, portadora de uma cultura própria, principalmente no âmbito da linguagem, que guardaria o cerne da *brasilidade*.

Em Goiás, a tomada de consciência representa também a consolidação da literatura produzida por aqui enquanto sistema: as obras passam a visar um determinado público leitor, tendo em si a matéria regional exposta não mais pictoricamente; as histórias vislumbravam uma análise sócio-histórica esteticamente colocada. Os escritores goianos que mais se destacam nesse entrelaçamento entre arte e sociedade, nesse período de afirmação são Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis. Apoiados em Euclides da Cunha, ambos retratam artisticamente as difíceis condições de vida no sertão goiano - marcado pelos mandos e desmandos dos coronéis - descartando o exotismo como solução estética, sistematizando as condições socioculturais dos respectivos períodos históricos. Logo, pensar no conceito de sertão para esses autores implica reconhecer esse espaço como um *locus* de cultura e linguagem originais, a margem do desenvolvimento econômico do país.

2. Hugo de Carvalho Ramos

Nascido em 21 de maio de 1895, em Vila Boa de Goiás, atual Cidade de Goiás, Hugo de Carvalho Ramos começou a carreira literária já aos 15 anos de idade, com a publicação do conto “O saci”, no periódico vilaboense **A semana**. Filho do poeta Manoel Lopes de Carvalho Ramos, Hugo teve contato com as obras da literatura universal ainda na adolescência. Muda-se para o Rio de Janeiro em 1912, mas a paixão pela sua terra natal permanece forte. Profundo admirador das paragens goianas, aos 22 anos estreia com o livro de contos **Tropas e boiadas** – obra acrescida de contos até a quinta edição, de 1965 –, revelando a nação os sertões de Goiás. Escreve também poesia, mas a morte prematura em maio de 1921, não permitiu novas publicações.

Tropas e boiadas era um livro de um autor desconhecido, quando da sua publicação. Sem se valer de qualquer subterfúgio para a valorização da obra a não ser ela mesma, é muito considerável o destaque que a mesma obteve no meio literário da época. Antônio Tôrres, um dos principais críticos literários da época, afirmou:

Tropas e boiadas. É o nome de um livro de contos que acaba de vir a lume e cujo autor é o Sr. H. de Carvalho Ramos. O autor parece ser ainda muito jovem, a regular pelas incertezas que ainda se notam na sua maneira de escrever. O seu livro tem defeitos, como tudo neste mundo; é, porém, interessantíssimo. São contos sertanejos, em que o autor, às vezes com rara felicidade, *fixou alguns aspectos da vida dos nossos sertões mineiros e goianos, de que êle revela possuir minucioso conhecimento.* O Sr. Carvalho Ramos (a quem não conheço nem de vista) *vai ser um dos primeiros escritores de literatura puramente nossa,* se quiser continuar a estudar e evitar a literatura abstrata, cujas criações tanto podem servir para o Brasil como para a China. [...] Talento não lhe falta para vir a ser mestre consumado do canto regional (RAMOS, 1950, v.1, p.121, grifos meu).

O principal argumento para a valorização da obra reside, segundo Tôrres, na representação da organicidade da vida nos sertões mineiros e goianos, recusando o tom exótico tão presente nos textos com essa temática do final do século XIX e início do século XX.

Autenticidade, essa é a principal qualidade da obra. Em um primeiro instante, o leitor mais incauto pode estranhar tal adjetivo ser conferido positivamente a uma obra literária, que tem a função precípua de representar uma realidade ficcional, não factual. Entretanto, tal argumento deve ser considerado não como uma transposição documental para a obra de arte, mas sim como o texto ser um legítimo representante da cultura de determinada região, dando voz ao próprio sujeito do sertão para que narrar-se a si mesmo e a história do “seu” sertão. Perde-se o ranço pictórico, tão presente em escritores como Coelho Neto, para a incursão na realidade daquele espaço. Nesse sentido, o **Jornal do Comércio**, de 5 de julho de 1917, faz a seguinte assertiva sobre **Tropas e boiadas**:

É uma estréia auspiciosa. O Sr. Hugo de Carvalho Ramos é um admirável narrador de coisas e homens do sertão. Do sertão de Goiás, ainda menos estudado e descrito que os outros. Assim o seu livro de contos não vale somente como obra de literatura e de arte, como expressão da natureza linda e da alma ingênua da gente do interior goiano: vale também como revelação de um estudo social que poucos conhecem, que os estadistas não querem ver e que a elite intelectual ainda não sentiu ou compreendeu (RAMOS, 1950, v.1, p.122).

Em **Tropas**, o narrador, a matéria narrada e o sertanejo são divisados, mas sem a marcação hierárquica existente até então. Um grande exemplo é no conto “Pelo Caiapó-velho”, na qual o narrador estranho ao sertão se cala para ouvir a experiência do vaqueiro Marinho: “Noite escura e má, patrãozinho” (RAMOS, 1998, p.159). O sujeito não pertencente àquele lugar, secundariza-se para aprender com as histórias sertanejas,

não mais adotando a postura de sistematizador, inerente a um desejo de “civilizar” o sertão. Inverte-se a lógica, na verdade: o sertanejo, o tropeiro e o vaqueiro são os legítimos narradores, por guardarem a essência da nacionalidade, não sujeitos às influências estrangeiras que corrompiam os valores considerados originais da cultura brasileira.

Entretanto, limitar o conhecimento da realidade do país a esse levantamento cultural é pouco. Essa é conhecida sobretudo em **Tropas e boiadas** na literarização da engrenagens sociais. Os mandos e desmandos dos coronéis no sertão goiano eram abordados de forma direta e brutal, como na cena da novela “Gente da gleba”, em que o Coronel, como forma de punição ao vaqueiro Benedito, decide castrá-lo:

A operação foi demorada, cruenta, dolorosa, a julgar pela contração intermitente de seus lábios convulsionados. Mas a boca, os olhos, esses, não exprimiram uma só queixa... Deixou-se amputar em silêncio, sem movimento quase, como uma rês abatida.

Dados os dois talhos longitudinais, o operador espremera os testículos, e repuxando os

cordões, aos quais deu em cruz a laçada de uso como se faz aos marruás, separou-os de vez, num corte hábil.

Estava consumada a operação.

Já aquele pastor intrometido não sairia mais pela redondeza a importunar-lhe as potranças de estima... (RAMOS, 1998, p.150).

De uma crueza assustadora, a castração não era um hábito estranho às práticas do Coronel naquele sertão. Entretanto, Benedito, o vaqueiro mais ilustre da fazenda, ser punido desta forma, surpreende a todos, de tal forma que o próprio Coronel precisa reafirmar a “tradição” do ato tão atroz aos demais vaqueiros:

– Que diacho de estupor é esse! Isto é lá cousa do outro mundo? *É esta a primeira vez que trazem à porteira um poldro madraço em vias de capação?* Pois as éguas do meu pasto não foram apuradas para roncolho dessa laia! É pô-lo manso, antes que me desande no campo a descendência de alguma potranca de estima. Uai, nunca viram? Pois o bicho parece mais esperto que a gente, fareja depressa a sorte que o espera no moirão, vejam só, está que nem bezerro desmamado!... (p.149, grifo meu).

O caráter regional, portanto, apresenta-se não apenas no âmbito da linguagem, mas sobretudo na reconstituição da organicidade do homem com o sertão, exemplado pela frase do conto “Nostalgias”, que faz ressoar Euclides da Cunha: “Terras bárbaras, gente forte!” (RAMOS, 1998, p.27). Homem e paisagem fundem-se, formando um autêntico de brasilidade.

Por outro lado, ao compor esse amálgama, as precárias condições de vida do sertanejo não são ignoradas. A par de uma aparente harmonia entre patrões e empregados na lida com o gado, a hierarquia se faz valer com ações de extremada crueldade, conforme já mencionado. Nesse sentido, em **Tropas e boiadas**, representa-se o sertão não pelo caráter pictórico, exótico: reconstitui-se todo um espaço para nele situar a organicidade – cultural, linguística e econômica – daquela sociedade goiana do início do século XX.

3. Bernardo Élis

Bernardo Élis (1917-1997) nascido em Corumbá de Goiás, filho do poeta Erico José Curado e de Marieta Fleury Curado, forma-se em Direito em Goiânia, posteriormente sendo nomeado escrivão da delegacia de polícia em Anápolis (1936) e do cartório do crime de Corumbá. Três anos depois se torna secretário da Prefeitura de Goiânia, cidade onde seria até prefeito, por duas vezes.

Ermos e gerais, de 1944, livro de contos, é sua estreia, e por ela recebe manifestações de louvor dos escritores Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima. Entretanto, essa obra, em um primeiro momento, se chamaria **A mulher que comeu o amante**, modificado pelas ilações sexuais suscitadas. O novo título se explica, segundo o próprio autor: “‘Ermo’ significa ‘deserto’, ‘descampado’, ‘solitário’, como era grande parte do planalto central do Brasil; ‘gerais’ tem mais compreensão geográfica, querendo dizer ‘campos extensos e desabitados, cujas terras se acham inaproveitadas’” (2000, p. 180). Mesmo em 1944, persistia, portanto, a ideia de um sertão longínquo, distante. Formado por vinte narrativas, há nele dezenove contos: uns mais próximos de pequenos quadros, em uma espécie de crônica, como “Trecho da vida”, no qual a personagem Sá Babita lamenta-se pelo fato do pequeno filho morto não ter uma sepultura digna; e de contos com destaque no desfecho, como “A virgem Santíssima no quarto de Joana”, ou “As morféticas”. Soma-se a esses contos a novela “André Louco”.

Em **Ermos e gerais**, o sertão apresenta-se a partir de uma certa “modernização”, metonimicamente afirmada pela figura do caminhão, pela crescente urbanização – maximizada pela construção de Goiânia – e pela conseqüente declínio de poder dos coronéis locais, que os fazem redobrar o artifício da violência, para se manterem no poder. Essas modificações estruturais da sociedade goiana, a partir da completa

desumanização do sertanejo na sua luta desesperada pela sobrevivência, são os grandes temas da obra de Bernardo Élis. Para José Godoy Garcia,

Mas a revolução de trinta deveria, lentamente, é verdade, mudar profundamente sua terra. Uma série de transformações encabeçadas pela transferência da velha capital para Goiânia seria responsável pela renovação de mentalidade, num crescendo de progresso que penetraria os quadros administrativos e culturais do Estado (apud OLIVAL, 1976, p. 40).

O próprio Bernardo Élis (2000) reconhecia que a abordagem temática de sua obra, de certa maneira, expunha questões que para muitos eram preferíveis a escamoteação:

Minha literatura, então, era matéria difícil, porque focalizava problemas goianos tidos como indignos do fazer literário. Procurava sublinhar a humanidade do homem sem terra, mostrando a injustiça do latifúndio e da opressão feudal, responsáveis pelo atraso e pelos males sociais de que éramos vítimas. [...] Enfim, minha literatura metia o dedo nas chagas mais dolorosas de uma cultura regionalizada (p. 99 – 100).

Seus contos são emblemáticos dessa postura de representar esteticamente esse processo de modernização que transformava o sertão goiano. Como exemplificação, “O menino que morreu afogado” é emblemático. Constituído como um *flahs* e já em um pequeno ambiente urbano, relata a história de um menino pobre, que como outros tantos meninos na mesma condição, apenas tinha as águas do rio como brincadeira: “Para os meninos ricos, havia papai noel. Para os da Rua da beira do rio, enchente” (ÉLIS, 1959, p.148). Em uma enchente, morre afogado. O delegado recrimina os presentes pelas mães que não cuidam dos seus filhos, não lhes dando instruções mínimas, responsabilizando, por fim, a ausência materna pela morte da criança. Um dos presentes, então, contra-argumenta: “– Mas a mãe dele era a cozinheira da pensão e nem sabia de nada!” (p.148). Acuado, mas tendo que fazer valer sua autoridade e dispersar a multidão que se formava em torno do corpo da criança, o delegado sentencia: “— Quem morreu, descansou. Vamos cuidar dos vivos” (p.149). A morte, banalizada no cotidiano daquelas pessoas, ainda atemorizava, pois aquela multidão sabia que qualquer um dos presentes estava sujeito àquele destino possivelmente corriqueiro: “—E o povo riu, porque a presença incômoda da morte rondava friamente a criança arroxeadada” (p.149).

4. Conclusão

A representação do sertão e a ligação das obras de Hugo de Carvalho Ramos e de Bernardo Élis a vertente regionalista da literatura brasileira parte de uma perspectiva iniciada com **Os sertões**, de Euclides da Cunha. Seguindo a vereda aberta por Euclides, encontram-se inúmeros autores, contemporâneos ou posteriores a ele. São vários os autores que publicamente colocam-se como que “inspirados” em **Os sertões**. Guimarães Rosa, o principal expoente desse grupo, reconhece o pioneirismo de Euclides em retratar o sertanejo em harmonia com o seu meio, sem fazer disso um evento pictórico com a única função de levar exotismo para os leitores citadinos. Lendo as páginas da principal obra de Euclides, chega-se mesmo a *aprender* o funcionamento desse universo, respeitando-o, tratando-o não como curiosidade, mas com profundo senso de humanidade:

Em **Os Sertões** o mestiço limpo, adestrado na guarda de bovinos, assomou, inteiro, e ocupou em relevo o centro do livro, como se de sua superfície, já estatuido, dissesse de se desprender [...] as páginas de Euclides rodaram voz, *ensinando-nos o vaqueiro*, sua estampa intensa, seu código e currículo, sua humanidade, sua história rude (ROSA apud ANDRADE, 2002, p.459, grifo nosso).

Para Antonio Candido, Fabiano, personagem central de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, tem sua origem nos sertanejos descritos por Euclides, de tal forma que “temos a impressão que esse vaqueiro taciturno e heróico brotou do segundo capítulo d’**Os Sertões**, onde Euclides da Cunha descreve a retidão impensada e singela do campeiro nordestino” (CANDIDO, 1992, p.45). Augusto Meyer expressa bem esse fascínio: “Mais que a obra de muitos poetas, este simples título – **Os Sertões** – respira a magia da nossa adolescência, e hoje ainda não podemos reabrir o grande livro que nasceu e cresceu com a nossa geração, sem uma vaga impressão de saudade” (1986, p.239). Até mesmo Oswald de Andrade, de concepção artística tão diferente da de Euclides, afirma que foi em **Os sertões** que vislumbrou “o compacto desenrolar de um Brasil inédito e autêntico” (ANDRADE, O. apud ANDRADE, 2002, p.460).

Dentro desse panorama, Hugo Carvalho Ramos e Bernardo Élis se colocam a representar o sertão a partir da sua organicidade, das relações sociais nele existentes, denunciando as barbáries ocorridas em prol da manutenção do poder dos coronéis. A grande diferença entre ambos reside, no aspecto estético, pelo fato do autor de **Ermos e**

gerais valer-se das conquistas da primeira geração modernista, enquanto **Tropas e boiadas** ainda é portador de uma linguagem estilizada, mas não caricata. Sobre essa questão, afirma Antônio Torres:

O Sr. Carvalho Ramos sabe ver e fixar a vida. Os seus sertanejos algumas vezes falam em linguagem correta demais, arredondando frases longas demais. [...] A meu ver, o defeito maior dos contos do Sr. Carvalho Ramos é justamente esse: - literatizar o falar do sertanejo, embora sem excessos. Sem excessos, porque, apesar de tudo, o tipo das **Tropas e boiadas** conservam-se bem esboçados, o suficiente para se darem a conhecer como sertanejos (RAMOS, 1950, p.121, v.1).

Sendo essa a grande diferença no aspecto estilístico, o enfoque temático e muito próximo, diferenciando substancialmente pela questão das mudanças sociais: enquanto em Hugo há uma certa descrição do sertão a partir das viagens dos tropeiros e da lida com o gado, em Bernardo há o desmoronamento dessa estrutura. Permanece, é claro, o trato com o gado, mas agora em um contexto de introdução de um maquinário que acelerou as desigualdades entre patrões e empregados. Narrando desse processo de reestruturação **Ermos e gerais** é a obra que melhor retrata esse instante histórico, revelando a crueza que era tratada as populações sertanejas na terceira e quarta décadas do século passado.

Nesse sentido, ambas as obras aqui estudadas apontam a cisão entre o litoral e sertão e apresentam os hábitos cotidianos da vida sertaneja não mais como exotismo, mas com a penúria e primitivismo, acarretados pelo abandono dessa população pela República. Cânones da literatura brasileira produzida em Goiás, o sertão com suas belas paisagens, mas não menos perigoso em Hugo de Carvalho Ramos passa a ser visto como um lugar de extrema violência em Bernardo Élis, em virtude da sua desarticulação e inserção no capitalismo nacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Olímpio de Sousa. **História e interpretação de *Os sertões***. Introdução de Walnice Nogueira Galvão. 4. ed. rev e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. (Coleção Afrânio Peixoto, 66).

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1976.

_____. **Ficção e confissão**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite e outros ensaios**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 169-196.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

ÉLIS, Bernardo. **Ermos e gerais** (Contos Goianos). 2 ed. Ed. Oió, Goiânia, 1959.

_____. **A vida são as sobras**. Organização de José Lino Curado. Goiânia: Kelps, 2000.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. **O processo sintagmático na obra literária**. Goiânia: Oriente, 1976.

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Obras completas**. São Paulo: Panorama, 1950. v. 1

_____. **Tropas e boiadas**. 8. ed. Goiânia: Editora UFG, 1998.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**: 1500-1627. 7ª ed. Belo

Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar dos sertões. In: **Contramargem – II**: estudos de literatura. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. p. 111-153.